

O Conhecimento Econômico e o Problema do Método

ROBERT MOSSÉ.

Tradução Especial de E. S. Mesquita para a REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO.

Artigo extraído do *Internacional Social Science Bulletin*, da UNESCO.

PELO menos desde os tempos de Descartes o problema do método jamais deixou de ocupar um importante lugar entre as grandes questões universais cuja relevância se faz sentir em tôdas as atividades, quer quando se trata da abertura de uma vala ou do trabalho de estender a tôda a humanidade os benefícios dos recursos científicos. Depois da libertação, aumentou o interesse por êsse problema e, por isso, foram criadas na França as “comissões de métodos” cujo objetivo era explorar e, se possível, aperfeiçoar os métodos administrativos. Com nomes diferentes e em variados setores (planejamento científico, aperfeiçoamento da direção, racionalização, etc.) muitos outros países também estão empenhados na tarefa de promover a melhoria de seus “métodos”, desde que se tornou patente, contrariando nesse particular a tese do materialismo, que o método é, talvez, um dos mais decisivos fatores de sucesso, isto é, mais decisivo do que o fator trabalho executado, os materiais utilizados ou o equipamento empregado.

A pesquisa científica não é mais e nem menos do que uma tentativa sistemática de aprofundar e ampliar conhecimentos sendo, por conseguinte, natural que os pesquisadores devem colocar a metodologia numa posição de realce tanto nos seus aspectos subalternos de organização de índices e fichários como no que pese um ponto de vista mais importante que é o da epistemologia. Em muitas disciplinas, parece que o problema está resolvido; já não há mais discussão entre os químicos com respeito ao método experimental e os matemáticos por sua vez já estão bastante seguros de sua técnica. Por outro lado, nas ciências sociais e particularmente na economia política, o processo de pesquisa ainda está longe da sistematização. O caminho que leva à verdade não é a larga estrada seguida por todos, estrada essa que leva invariavelmente a uma meta muito bem definida. O que temos é, realmente, uma multiplicidade de trilhas às vêzes indistintas cujo fim não é claro e nem satisfatório.

Nessas circunstâncias, não é motivo de surpresa o fato de ser hesitante e relativamente

moroso o progresso do conhecimento econômico. A despeito da utilização de meios muito superiores aos empregados no século dezanove (pessoal numeroso, ensino avançado, institutos de pesquisas bem equipados, máquinas de apuração estatística, etc.), a comparação entre as duas épocas não é favorável à nossa. Entre Quesnay e Turgot e entre Cournot e Walras, um número muito insignificante de pensadores — sem auxiliares, sem anuários estatísticos, sem papel milimetrado, sem cartões perfurados — conseguiram estabelecer uma notável organização científica. É possível que se enganassem quanto aos efeitos finais de certos processos; não obstante, o mérito de seus esforços está no fato de que procuraram explicar a maneira por que atuam certas forças importantes e determinar as suas numerosas relações fenomenológicas. Nos últimos cinquenta anos a marcha do progresso não foi de modo algum proporcional ao aumento dos meios utilizados; êsse progresso consistiu no esclarecimento de questões de detalhes, em definições, na descoberta de ligações entre fenômenos de menor relevância em informar o mundo a respeito dos fatos e, finalmente, em pôr em dúvida o que já parecia estar resolvido ao iniciar a Primeira Grande Guerra. O mínimo que se pode dizer é que os resultados são decepcionantes.

Isto basta para justificar uma nova discussão da metodologia, discussão essa que foi violenta na época de Carl Menger e Schmoller. Considerando a precariedade de nosso progresso, apesar da abundância de meios à disposição devemos necessariamente perguntar a nós mesmos se estamos de fato na linha certa. Os economistas contemporâneos sofrem a dominante influência das ciências físicas e matemáticas; aparentemente, eles se interessam exclusivamente pela exatidão estatística. Isto certamente quer dizer que se verificou um estreitamento do horizonte científico e que se deve recorrer ainda aos métodos menos dominados pelos fatores quantitativos, métodos êsses que visam à análise das forças e à explicação das suas relações.

E' este o problema que será examinado nestas poucas páginas. Não se afirmará, de certo, que os atuais métodos devem ser postos de lado para serem adotados novos. Tudo o que se procura fazer nada mais é do que a revisão dos métodos em uso atualmente, definindo suas características e descobrindo suas limitações, e seguindo-se então outros métodos e buscando outros objetivos para fins de investigação. Esse processo nos levará à conclusão de que devemos readotar e reavivar certos métodos que já demonstraram ser valiosos na ciência econômica ou em outros setores, métodos esses que poderão melhorar nossa visão e entendimento dos fenômenos econômicos.

Na primeira parte, procurar-se-á mostrar as características principais dos métodos e na segunda far-se-á a crítica dos mesmos, crítica essencialmente epistemológica em sua natureza, demonstrando que a presente linha de conduta adotada pela ciência econômica sistematicamente despreza certo número de ângulos mortos.

No presente trabalho, não se visa estabelecer o contraste entre o abstrato e o concreto, desde que sabemos muito bem que "o perpétuo movimento de investida e recuo do intelecto, impellido ora para um e ora para outro lado, constitui a base de toda a realização positiva". Em vez disso, procura-se dirigir a atenção para as falhas de um conhecimento que aceitou ou proclamou a supremacia do quantitativo. (1)

PARTE I — MÉTODOS ACEITOS

A — Métodos no século dezenove

Os primitivos economistas estavam pouco interessados pelo método. Eles observavam fatos, físicos e psíquicos, relativos aos indivíduos ou grupos, fatos esses espontâneos ou provocados. Eles utilizavam todas as suas faculdades mentais, inclusive senso de valores e imaginação. Eles procuraram descrever o que acontecia em toda a sua complexidade, explicar as relações entre os fatos e, às vezes, formular as leis gerais. Quesnay utilizou a fisiologia para mostrar como circulava a riqueza no organismo social. Adam Smith dedicou-se à formulação de leis gerais relativas aos valores.

Em seguida, no século dezenove, particularmente sob a influência de Ricardo, a ciência econômica tomou uma forma dedutiva aparentada à geometria. Pressupunha-se então a existência de certas forças ou tendências — quer na natureza do homem, quer na evolução da sociedade — e seus efeitos foram objeto de debates, ponto por ponto.

Um importante exemplo desse procedimento é a teoria do rendimento da terra. O primeiro

passo é a adoção de dois postulados aparentemente estabelecidos pela observação externa ou pela introspecção: a) há uma tendência na população para aumentar em proporções variáveis; b) por sua própria natureza o homem procura atender o seu interesse pessoal, o que pode constituir, segundo as circunstâncias, a linha de conduta pautada pelo menor esforço ou que vise à preservação da vida.

Dadas essas premissas, segue-se que um povo, recentemente fixado numa determinada região, começa por trabalhar a terra cujo cultivo lhe exija o menor esforço, isto é, aquela que é a mais fértil. Daí em diante, a par do aumento da população, esse povo é obrigado a usar mais intensamente as terras menos férteis, com mais elevados custos de produção.

Não obstante uma série de deduções, série essa que é desnecessário citar aqui detalhadamente, chega-se à conclusão de que só se pode obter um preço que corresponda ao custo mais elevado.

Em consequência, os proprietários das terras mais férteis obterão um lucro diferencial, conhecido por renda, lucro em que aumentará ou irá aumentando conforme o aumento da população e o uso das terras cada vez menos produtivas.

Por essa razão os senhores de terras receberão uma parcela cada vez maior da renda do país enquanto os produtos agrícolas vão se tornando cada vez mais caros.

Em virtude dessa situação, aumentará continuamente a injustiça social.

Esse exemplo é inteiramente típico. Nêle encontramos uma análise *a priori* dos efeitos sucessivos de certas forças elementares. A inteligência concebe um modelo abstrato simples, pressupondo a seguir uma pressão da população e do interesse pessoal e deduzindo as consequências. Enquanto o recurso à dedução partindo de simples postulados lembra a geometria, o desejo de seguir os efeitos das forças evoca a mecânica racional. Num certo sentido, estamos na verdade em face de uma dinâmica porque se estuda a integração de forças. Esta dinâmica é realmente muito grosseira; não compreende a mensuração nem a verificação à base dos fatos. E', além disso, incapaz de estabelecer uma relação quantitativa entre o primeiro impulso e o quarto ou quinto efeito sucessivo. Nada mais é do que uma tentativa como a do estudo da queda dos corpos no vácuo. Entretanto, compreende um certo entendimento do processo, que, por contraste, nos permite saber o que está faltando aos métodos contemporâneos. (2)

(1) Esta parece ser a atitude de François Perroux que tentou exprimir toda a proposição em termos quantitativos e que usou as proposições qualitativas simplesmente em apoio dos quantitativos.

(2) Ainda que seja errônea em virtude de premissas erradas, a teoria do rendimento da terra constitui um admirável exemplo da conjunção do "microcômico" com o "macrocômico", cujo equivalente na ciência moderna seria difícil de definir.

Reagindo contra o formalismo da escola de Ricardo e de Viena que votavam o mesmo desprezo pelo empirismo, concentrou-se a escola histórica nos estudos descritivos na esperança de chegar por dedução às leis gerais. Alguns dos representantes dessa escola empenharam-se com afincamento em intermináveis exames de fatos heterogêneos, por demais numerosos ou remotos para serem verdadeiramente conhecidos, contentando-se com este pensamento estapafúrdio: "São precisos anos de análise para se fazer uma síntese de uma hora". Outros se esforçavam para ordenar os fatos visando fazer de sua disposição ordenada um substitutivo para a experimentação, disposição ordenada essa que poderia pôr a mostra novas hipóteses ou comprovar as existentes. François Simiand era um destes. O grande volume de material acumulado por esses estudiosos não tinha o menor valor enquanto não dispusessem de dados seguros relativos a períodos distantes e que possibilitassem o estudo quantitativo das concomitâncias.

A divergência entre os dois métodos — dedutivo e indutivo — tomou a forma de uma polêmica ou contenda que durou o último quarto do século dezenove. Quando os ânimos se acalmaram, tudo o que os economistas puderam saber desse fogo de artifício intelectual não passou de simples fragmentos. De toda a frente de batalha de idéias engenhosas, resta apenas o desgosto por todas as discussões sobre metodologia. Disseram então que era melhor observar como os grandes economistas trabalhavam em vez de prestar atenção às suas discussões a respeito do método. Tolerou-se um ecletismo indolente, admitindo-se todos os métodos sob o pretexto de que os homens não devem poupar recursos e meios que os levem a alcançar a verdade.

Esta atitude completamente negativa privou os economistas da geração atual de qualquer diretriz básica relativamente ao método a seguir. Em seu lugar, os mestres empenharam-se em ensinar a seus discípulos os truques do campo em estudo, os expedientes, o uso dos instrumentos (fontes de documentação, bibliografias, e referências, apresentação de dados, tabelas, etc.). Isto era mais fácil do que as reflexões sobre a natureza do conhecimento e suas funções.

B — Os métodos no século vinte

Mal terminara a polêmica e a ciência política enveredava por outros rumos cuja principal característica comum era o predomínio do quantitativo. De um lado, enriqueceu-se o empirismo que também se revigorou com a estatística. Do outro lado, a dedução atingiu culminâncias vertiginosas no tapete mágico da alta matemática. Longe então de discutirem de novo, os que adotavam uma e outra técnica deram-se as mãos e procuraram fazer uma síntese.

A atualização — se nos referimos a todos os que começaram a estudar as questões econômicas por volta de 1900 — testemunhou ou tomou parte no trabalho de acumulação, em gigantesca escala, de material estatístico cuja produção mal começara. Uma verdadeira revolução se processara no campo informe estatístico; cada vez mais acurado, mais preciso e detalhado, o dado estatístico nos permite ter agora um conhecimento mais justo dos fatos econômicos. Hoje, sabemos o preço, a produção e o "stock" de inúmeros artigos, os salários em diferentes áreas e em diferentes profissões, capitais líquidos, investimentos e até mesmo renda nacional e balança de pagamentos. As flutuações de milhares de fenômenos mais ou menos gerais podem ser seguidas de mês em mês e de ano em ano. Relativamente aos Estados Unidos, por exemplo, não existe, provavelmente, campo de pesquisa em que a economia deixe de encontrar mais informações do que deseja. Outros países não menos aquinhoados nesse sentido mas seu progresso é rápido, principalmente depois da última guerra mundial, podendo-se presumir, pois, que também nêles a pesquisa econômica já disponha de dados a mão ou que dêles poderá dispor em breve.

Isto nos conduz ao vasto setor de estudo das ligações entre magnitudes ou das interrelações entre as variações dessas mesmas magnitudes. Cada fenômeno pode ser comparado com um ou mais fenômenos similares, podendo-se além disso calcular um número infinito de correlações simples ou múltiplas. Assim, é possível, partindo-se dos fatos, estudar as concomitâncias nas flutuações e suas aparentes ligações funcionais. Pode-se, por exemplo, estabelecer uma equação *a priori* a fim de exprimir a relação que existiu num determinado período e num dado país, entre a produção de aço de um lado e, outro, o seu preço, a renda nacional, o total das despesas públicas e das exportações. Com bastante paciência e dinheiro é possível estabelecer um grande número de equações do tipo:

$$M = ax + by + c$$

Posteriormente, no fim da análise é possível traçar a curva imaginada de *M*, aplicando-se a equação aos valores mais de *X* e de *Y* em ocasiões sucessivas e também a curva mal determinada em virtude de observação direta de *M*. Caso seja necessário, algumas notas elucidativas a margem ajudarão os olhos a perceber o paralelismo existente entre a curva real e a imaginada.

Se este método é o certo e pode dar apreciáveis resultados, não há limitações para o campo econômico. O único percalço é que, em certas ocasiões, o indivíduo fica tonto diante da imensidade da tarefa a ser executada caso deseja utilizar o material coletado. Conforme Henry Poincaré temia, pode ser que nossa riqueza tenha se transformado em algo incômodo e que sua acumulação poderá vir a ser uma "confusão tão impenetrável como o é, para o ignorante uma verdade não

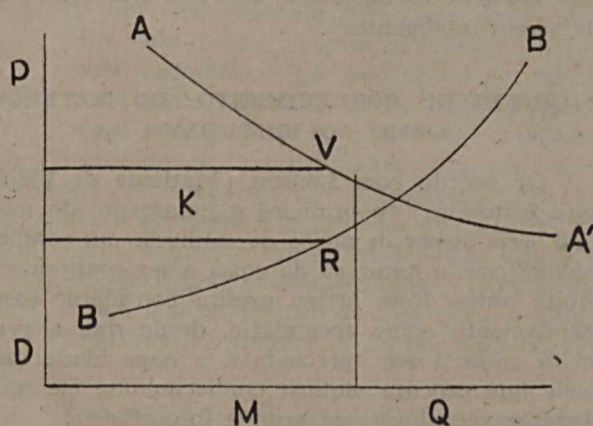
conhecida" (Science and Method, pág. 20). Além disso, deve-se ou não, conforme recomendou Poincaré, fazer a escolha entre os fatos? Para fazer tal escolha o empirismo é inadequado.

O uso abstrato da matemática tem dois ramos pelo menos: o do estudo das relações particulares e o das relações complexas.

No estudo das relações particulares, as relações entre fenômenos podem ser expressas visualmente por meio de diagramas geométricos, muito embora esses fenômenos não tenham expressão numérica concreta e sejam desconhecidas suas variações no momento.

Os monopólios nos oferecem exemplos do método geométrico e de sua inutilidade.

Traça-se suas linhas, representa a abscissa as quantidades produzidas ou vendidas e os preços estabelecidos por unidade.



Uma linha B-B' representa a relação entre o preço do custo e a quantidade; na figura, isto toma a forma de uma curva ascendente o que vale dizer que proporcionalmente à medida que a quantidade aumenta o preço unitário de custo aumenta.

Enquanto o raciocínio for apriorístico, a linha B-B' pode tomar qualquer forma; pode ser horizontal ou descendente de início e depois ascendente. Análise específica concreta bastaria para estabelecer uma linha definida; não obstante, na falta de mensuração exata, o economista pode com um pouco de observação e raciocínio estabelecer certos grupos de curvas de custo (constante, crescente ou descendente) com os quais lidará a análise.

Na figura, a linha A-A' representa os preços de venda a serem aplicados a uma certa quantidade de mercadoria; essa linha é descendente, como é obviamente necessário, a fim de assegurar uma venda maior para que se possa vender mais barato. Assim, para uma certa quantidade M, há o preço custo MR e um preço de venda MV, isto é, um lucro por unidade de RV. O lucro total é representado pela área K que corresponde ao produto $RV \times CM$ (lucro por unidade \times quantidade vendida). O problema monopolista é o

de unificar a quantidade dada a área máxima K. A tarefa é descobrir o raio entre a área K e os valores sucessivos que podem teoricamente ser assegurados por M.

A questão pode ser resolvida por meio da álgebra ou do cálculo integral mas somente quando se dispõe de valores definidos com respeito às linhas B-B' e A-A'. Na falta disso, a figura geométrica dá uma idéia da posição dos problemas de relações e pode facilitar posteriores pesquisas. (3)

Desde Walras, alguns economistas procuram pôr em prática um sistema de equações que possa descrever um complexo econômico e definir a relação de cada quantidade com a restante. Nos últimos anos e, em particular, sob a influência de J. M. Keynes, certos conceitos significativos foram definidos, conceitos esses relativos a magnitudes tais como renda nacional, despesas com artigos de consumo, investimentos, exportação ou fundos líquidos. Em seguida, a idéia sugeriu que certas relações necessárias podiam ser estabelecidas entre essas diversas magnitudes. Isto produziria um sistema ou modelo cujos vários elementos teriam relações mútuas fixas de modo que determinada mudança seria seguida por outros a fim de manter a coerência do sistema. Afirma-se por conseguinte que se pode estudar os possíveis efeitos (alternativos ou concorrentes) de uma mudança introduzida no sistema pela variação de um de seus elementos. Temos assim um estudo baseado não na análise casual do efeito de um estimulante mas nas relações funcionais dentro de um complexo. Reduzido a seus termos mais simples, o raciocínio é, em sua essência, este: considerando-se que A mais B é igual a C, se A é diminuído no valor de m, B aumentará necessariamente no valor de m. O conjunto dessa cadeia de raciocínio depende do postulado de que A mais B deve, necessariamente e em todas as circunstâncias, ser igual a C.

A mais recente tendência é a de construir uma ponte entre o empirismo estatístico e o método dedutivo matemático. Com respeito a relações particulares, procura-se atribuir valores reais às funções do custo ou da procura (estudos sobre elasticidade). Os estatísticos por sua vez se esforçam para definir grandezas concretas correspondentes às grandezas definidas em teoria, por exemplo, que o aumento dos lucros induz certas pessoas a aumentar a produção. O trabalho realizado não fornece uma verdadeira dinâmica desde que não se considera a atuação das forças em jogo. Limitam-se os esforços a procurar uma expressão algébrica ou numérica para a relação.

Deve-se acrescentar que os pesquisadores não procuram explicar os fenômenos específicos mas, sim, estabelecer relações de valor geral.

(3) Esse problema pertence ao campo da economia aplicada se o economista está aconselhando o monopolista.

Pelos precedentes parecerá claro que a pesquisa econômica segue hoje um rumo definido que permitirá no entanto a existência de grandes setores obscuros. A questão que exige uma resposta é a seguinte: milhares de economistas continuarão por mais duas ou três décadas a estabelecer séries estatísticas transformando-as em equações ou, deixando amplo campo para a realização dessas análises, uma proporção importante da pesquisa deverá tomar rumo diferente, interessando-se mais pelo fator humano, pelo quantitativo, pelas instituições e pelas explicações mais profundas? Para lançar um tênue raio de luz sobre um problema, é necessário fazer certa crítica dos fundamentos dos métodos consagrados.

PARTE II — CRÍTICA DOS FUNDAMENTOS DOS MÉTODOS CONSAGRADOS

Não é intenção do autor considerar nesta oportunidade as críticas de ordem técnica que poderiam ser feitas relativamente aos atuais métodos postos em prática em economia, mas, sim, estabelecer aquelas que são mais profundas e que se relacionam com a teoria geral do conhecimento.

A relação dos métodos necessários implica na aceitação, consciente ou inconsciente, de um determinado ponto de vista sobre a origem do conhecimento ou, em outras palavras, sobre as possibilidades do indivíduo que procura adquirir conhecimento sobre a natureza do objeto a conhecer e, inferir, sobre as funções do conhecimento ou, conforme queiram, sobre os objetivos do conhecimento, isto é, o que se considera como um resultado satisfatório. Procurar-se-á expor algumas dessas primeiras que, queiramos ou não, constituem as bases da ciência econômica.

O QUE PROCURA CONHECER: DO CONHECIMENTO SENSORIAL AO CONHECIMENTO INTEGRAL

Não se compreendia que a noção contra o abuso das teorias que, em alguns casos, nada mais eram do que opiniões subjetivas insuficientemente fundamentadas, acabariam criando certas exigências com respeito aos fatos. Hoje, um empirismo importuno obriga o pesquisador a tomar como ponto de partida dados sensoriais, fatos observados na vida real, apoiados em elementos estáticos, e a utilizar o que podia ser descrito como processo puramente mecânico de utilização daqueles fatos. À base desse processo se encontra uma teoria sensualista de conhecimento que não só atribui todos os conhecimentos aos sentidos como também ainda vai além e nega o poder criativo da mente. Podemos reconhecer aqui certos conceitos fundamentalmente materialistas que se prendem a uma certa filosofia do século dezoito.

Neste ponto, colocamos o nosso dedo em um dos pontos fracos do conhecimento econômico, isto é, a sua incapacidade de evoluir tão depressa quanto os outros campos de conhecimento, princi-

palmente do ângulo filosófico. A negação da capacidade da mente para formar juízos sintéticos já não é mais comum. Poucos duvidam da parte ativa e independente desempenhada pela mente no processo de aquisição de conhecimento. Não se concorda mais que o conhecimento seja fruto de um processo mecânico. Outras virtudes indispensáveis são percepção e imaginação, mesmo a "inspiração súbita". E' em Poincaré novamente que encontramos as palavras: "Para conseguir um resultado que seja de real valor não basta empenhar-se em cálculo ou utilizar máquinas que colocam as coisas em ordem". Além disso, deve-se procurar apreender a essência dos fatos. A história da ciência demonstra amplamente a parte desempenhada pelo imprevisto. Conforme já se disse, "a inteligência deve libertar-se por meio dum esforço poderoso de raciocínio, do sentimento e do ser imaginativo, de pronto, de súbito: este é o preço da descoberta. Em uma palavra, tem-se dito aos pesquisadores que eles não têm o direito de serem inteligentes".

O OBJETO DO CONHECIMENTO: DO MATERIALISMO AO HUMANISMO

De acordo com Lanson (*Méthode de l'histoire Littéraire*) "o primeiro mandamento do método seria dispor os meios de conhecer em conformidade com a natureza da coisa a ser conhecida". Muito antes deste artigo prefira considerar esse mandamento como secundário, desde que a primeira coisa a ser apreciada é a capacidade daquele que procura adquirir conhecimento, ele não obstante reconhece sua grande importância.

O objeto da economia (ou do conhecimento econômico) está na mesma categoria de matéria; ora, a matéria está sujeita ao determinismo e, portanto, o objeto da economia está sujeito a um determinismo.

Não se pode compreender que numerosos economistas, impressionados com o sucesso das ciências físicas no século dezanove, procuraram transformar a economia política em ciência. Assim procedendo, porém, deixaram de apreciar a diferença em espécie que possa distinguir os seres vivos e que é a própria vida, ou melhor, uma força, um estímulo, uma vitalidade espontânea que contrabalança as determinações externas e tem capacidade para criar. No caso específico do ser humano, a existência do pensamento e da vontade livres complicará o problema. Courcelle — Seneuél escreveu em 1873: "As hipóteses das ciências que dizem respeito à natureza inanimada e suas leis externas, podem com dificuldade ser adaptadas às ciências que estudam a vida". Marshall, porém, cujos ensinamentos foram singularmente mal compreendidos, considerou o estudo da força vital como o objeto essencial da economia. Mais recentemente, o importante trabalho de Nogaro sobre o método realçou com profundidade e originalidade, o caráter especial dos fenômenos econômicos vistos como atos humanos.

Desde o instante que se admite que o objeto do conhecimento econômico é feito de fenômenos humanos, com seu conteúdo de vida, inteligência e elementos afetivos, modifica-se toda a tendência dessa ciência. Ela se interessará desde então, principalmente pelo comportamento individual (principalmente dos indivíduos que decidem para os grupos) visto como é uma força motivadora ou diretora, e que será o ponto de partida de uma verdadeira dinâmica. No estudo do comportamento, far-se-á pleno uso de todos os recursos da moderna psicologia em vez de manter o clássico conceito de hedonismo ou o esquema do mecanismo das preferências. No devido tempo, pode haver investigações em torno de assuntos tornados populares pelos estudos da atividade sexual. Na interpretação das seqüências de causa e efeito, aceitar-se-á que elas, as seqüências, não são do tipo simples, isto é, que causa *A* da grandeza *X* produzirá um efeito *B* da grandeza *Y*, mas que — o que é mais correto — um fenômeno é o produto de um certo número de causas que podem produzir um certo número de efeitos; que não há nada automático na produção de efeitos; que, proporcionalmente, é muito raro e que muitas vezes as inconsistências, os efeitos maiores e menores do que os esperados, fornecem aquêle elemento imprevisto que é o característico da vida. Deve ser lembrado também que não há um fenômeno completo em si mesmo mas que o início e as circunstâncias exercem uma profunda influência. Êsses poucos pontos bastam para mostrar a extraordinária dificuldade da pesquisa econômica.

AS FUNÇÕES DO CONHECIMENTO: DA MENSURAÇÃO À COMPREENSÃO

Para que o conhecimento possa progredir, não é bastante que seus servos estejam avisados da natureza do conhecimento; êles devem também saber onde querem ir, isto é, o que estão procurando. O que dá direito ao homem de dizer que realmente conhece uma coisa? E' bastante conhecer suas dimensões e suas relações numéricas internas e externas?

Hoje, a economia é dominada pelo interesse, pela exatidão estatística, isto é, pelo conhecimento quantitativo. Os homens se sentem satisfeitos quando conhecem as variações quantita-

tivas dos fenômenos durante um certo período e suas relações com outros fenômenos.

Conforme Nogaró muito bem disse, definir uma relação não é o bastante; seu "como" e seu "porque" devem ser explicados. O conhecimento das relações numéricas entre o raio e a circunferência não é o bastante; a economia política não pode ser reduzida a simples pesquisa dos II. Precisamos aprender o processo pelo qual um raio pode produzir uma circunferência e o propósito do exercício. Em outras palavras, não mais devemos nos limitar a procurar leis. Nós devemos estudar os mecanismos pelos quais as relações surgem, fazendo todos os esforços para entendê-los. Não podemos saber por que e como o ferro dilata sob a ação do calor; ficamos satisfeitos em medir o calor e a dilatação do ferro e calcular as relações entre os dois fatores. No entanto, muito embora não nos podemos colocar no lugar do ferro e analisar seus motivos, podemos nos colocar no lugar do consumidor que hesita entre um quilo de maçãs e outro de laranjas, procurando entender seu mecanismo psíquico. Não há razão para que o economista condene certos meios de aquisição de conhecimento só porque são inacessíveis às ciências físicas, aceitando como um progresso do conhecimento o que é de fato muito pior. Além da estatística há muitas outras possibilidades para tentar-se a compeensão, podendo então o conhecimento econômico empreender sua marcha quando estiver perfeitamente entendido que a validade de uma ciência depende mais da profundidade da explicação — da compreensão dos fenômenos — do que do grau de exatidão.

CONCLUSÃO

A economia é uma disciplina relativamente nova e nos dois séculos de sua história tem sofrido a influência de muitas outras ciências. Suas fileiras foram ocupadas por médicos, filósofos, juristas, historiadores, matemáticos, etc. Hoje é dominada pelas considerações de ordem estatística e pelo problema das seqüências. Progresso decisivo para a compreensão dos encadeamentos de fenômenos só será alcançado se uma maior corrente de pesquisas fôr deliberadamente dirigida para o estudo da vida e da mente, retirando sua inspiração da biologia e da psicologia.